

Caro Diretor da NOVA IMS, e amigo, Professor Miguel Castro Neto,
e demais corpo docente aqui presente,

Caras e caros oradoras e oradores nos vários painéis e sessões
deste evento,

com especial destaque para o **Senhor Presidente da AMA, João
Dias,**

e para o **Senhor Vice-Presidente do IRN, Jorge Rodrigues da
Ponte,**

Caras todas, caros todos,

Gostaria de começar por agradecer por me permitirem fazer o
encerramento deste evento.

Encaro momentos como este, em que academia, empresas e
Administração Pública se juntam para pensar em conjunto sobre
a Inteligência Artificial como oportunidade para catalisar
transformações importantes na nossa sociedade.

Em boa verdade, encaro-os como parte alargada do meu trabalho
e do dinamismo que pretendo imprimir enquanto responsável
pela pasta da Digitalização e da Modernização Administrativa no
nosso País.

Começemos por dizer de forma clara e definitiva: existe uma realidade pré-chatGPT e um mundo pós-chatGPT, ferramenta produzida pela Open AI, que aliás dá o nome a este evento. A Inteligência Artificial, enquanto conceito primeiramente popularizado por McCarthy e por Turing, teve no seu lançamento um dos seus grandes pontos de inflexão.

Mas o que explica esta adesão massiva?

O que explica o fenómeno mais que exponencial de adesão inicial ao chatGPT, que se tornou a aplicação mais rápida de sempre a atingir 100 milhões de utilizadores ao chegar a este ponto somente 2 meses após o seu lançamento?

Que dizer quando, por comparação com outras realidades que estão connosco há mais tempo, o Instagram demorou quase 2 anos e meio a consegui-lo, ou o Facebook demorou praticamente 4 anos e meio?

Uma parte da explicação reside na maturidade e na facilidade de penetração de novos produtos e serviços da economia digital. Afinal, temos de reconhecer que é hoje bem mais fácil do que foi para o Sr. Zuckerberg, por exemplo, chegar a essa meta.

Tal pressupunha, por exemplo, lançar um produto que pudesse estar no bolso ou no computador de todos nós, embora requeresse (pelo menos para algumas utilizações) um *software* de

navegação de Internet, e uma ligação estável e de baixa latência para funcionar apropriadamente.

Ora, o smartphone apenas começou a ser um lugar-comum em 2014, e as redes 4G apenas começaram a tornar-se a norma a partir desse ano. Se considerarmos que 64,4% da população mundial (mais de 5 mil milhões de pessoas) eram utilizadores da Internet em janeiro de 2023, este parece, de facto, **o momento** ideal para lançar algo como o chatGPT.

Contudo, parece-me que isto é francamente pouco para explicar um sucesso desta magnitude; pode explicar, quando muito, a acelerada taxa de penetração do chatGPT. Mesmo assim, questiono-me: são lançadas várias aplicações (a um ritmo de centenas por dia!) e nenhuma delas, nem mesmo a mais famosa, registou um sucesso equivalente. O que há de diferente aqui?

Eu tenho uma ideia, e gostaria de a partilhar convosco.

Parece-me que o chatGPT propiciou coletivamente um momento que designaria como sendo um “momento de São Tomé” (*momento de pausa*): **ver para crer!**

Ora, o mesmo é verdade para a Inteligência Artificial – precisávamos de ver o seu potencial para acreditar nele, para crer na sua existência. Porém, a partir do momento em que a nossa “fé” (se é que assim podemos dizer) se tornou justificada pelo

testemunhar das potencialidades inacreditáveis dos LLM (*Large Language Models*), percebemos que a Inteligência Artificial Generativa iria marcar, de forma única e determinante, o nosso presente e, por conseguinte, o futuro. E tudo aquilo que eram até então meras expectativas se tornou potencial – pelo menos, parcialmente – confirmado.

Já muito aqui se falou dos desafios e das oportunidades trazidas pela IA. Também muito se falou da forma como a IA – e a IA aberta – poderá mudar as regras do jogo, ditar a inovação, e alterar a forma como educamos. Estou certo de que os meus colegas de evento estarão mais aptos do que eu a tecer considerações específicas sobre esses tópicos.

Não obstante, enquanto responsável pelas políticas na área da Digitalização e da Modernização Administrativa, gostaria de salientar este ponto: precisamos de **encontrar um equilíbrio**. Tal pressupõe um meio-termo, um compromisso; não implica o sacrifício total de uma coisa em detrimento de outra. Não podemos deixar de nos recordar da necessidade de uma Inteligência Artificial com preocupações éticas, sociais, e económicas, assim como que explique os mecanismos pelos quais chega às conclusões que atinge de forma clara e perceptível.

Caras e Caros,

Tenho colocado, ao longo das minhas intervenções nos mais diversos fóruns, uma forte ênfase nas competências digitais. Tenho-o feito com a convicção de que estas são, hoje mais do que nunca, a alavanca essencial para dar a oportunidade a todas e a todos, independentemente da sua idade, género, ou qualquer outra característica decorrente da nossa origem, de participar ativamente na sociedade digital que diariamente construímos.

É por concebermos este elemento como sendo fundamental que me permito destacar o nosso investimento em programas como o Emprego Mais Digital ou o *UpSkill*, destinados a **requalificar pessoas nas várias áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação**.

Fazemo-lo através de uma **parceria entre Administração Pública**, que serve de algum modo de plataforma, e **empresas**, que identificam as áreas tecnológicas e as vagas de emprego de acordo com as suas necessidades efetivas de talento.

Concebemos, assim, um triângulo virtuoso de **cidadãos, empresas, e Administração Pública**, com direitos, deveres e responsabilidades associados.

Considero que temos feito um trabalho muito intenso – embora nunca suficiente – pela digitalização em Portugal. Desde o desenvolvimento da **Estratégia Digital 2030**, que apresentaremos brevemente e para a qual foram auscultadas várias entidades e



organizações da nossa sociedade, passando por tantos outros elementos até à participação ativa de Portugal na **discussão a nível europeu de temas prioritários**, como o Ato dos Dados, ou o Ato da Inteligência Artificial, a política digital de Portugal é ampla e clara.

Digo-o sem hesitações: priorizaremos uma **inovação guiada pelas nossas convicções humanistas e princípios éticos no desenvolvimento das diferentes tecnologias**, assim como na avaliação do seu impacto na nossa sociedade.

É por isto que a nossa abordagem à inovação terá de ser aberta. Compreenderão, portanto, a minha satisfação por ver aqui tantos promotores da Inteligência Artificial Aberta. Acho, aliás, que este embrião de ecossistema se adequa perfeitamente à lógica de governança e incentivos da Open AI – a empresa, não o tópico! Esta desafia as nossas empresas a repensarem os seus modelos de negócio de modo a permitir a partilha de benefícios económicos de forma mais alargada para toda a nossa sociedade: deixo o repto, igualmente, aqui para vós.

Caras e Caros,

Portugal é, orgulhosamente, parte do **pelotão da frente** em termos de governo digital e de serviços públicos digitais: as **Digital Nations**. Assumimos, aliás, a presidência rotativa deste grupo este

ano. A nossa história no governo eletrónico e na modernização administrativa remonta à primeira edição do SIMPLEX, em 2007.

Muitos aqui beneficiam certamente do IRS ou do IVA automático. Outros tantos beneficiaram do Nascer Cidadão. No final do passado trimestre lançámos a fatura sem papel, à qual é possível aderir através do ePortugal, como o Presidente da AMA aqui presente não deixará de comprovar.

Falo disto porque o SIMPLEX em particular, e a modernização administrativa como um todo, são uma conjugação feliz da digitalização quando harmonizadas com princípios éticos coerentes e ao serviço das pessoas, empresas e Administração Pública.

Ajudam-nos a reforçar os laços sociais que nos unem e construir instituições e lógicas de funcionamento que garantam e mantenham a confiança das cidadãs e dos cidadãos na democracia e nas instituições que a devem servir.

E não nos iludamos; é sempre possível voltar para trás, para tempos de obscurantismo e de receio. Uma boa parte do mundo sofre hoje sobre esse jugo.

Para esse efeito – para que não retrocedamos – precisamos de garantir a confiança das pessoas não apenas nas instituições

democráticas, mas também na tecnologia que estas decidem incorporar.

Para tanto, precisamos de **garantir que as pessoas permanecem parte do processo de decisão e inovação**; que **capacitamos e preparamos a população** para entender os benefícios e riscos da tecnologia; e que **desenvolvemos uma interação harmoniosa entre pessoas e máquinas**. E que dividimos os benefícios e os riscos de forma justa, inclusiva, e passível de escrutínio, para assegurar a muito-necessária coesão social, económica, e política das nossas comunidades.

Uma perspetiva que não tenha em conta os benefícios e aspirações da tecnologia estará a tentar parar o vento com as mãos. Uma perspetiva que apenas veja os seus riscos e perigos estará condenada a ser vítima dos riscos e perigos que não soube antecipar.

Ambas serão cegas pelos seus próprios preconceitos.

Precisamos, deste modo, de **definir o nosso futuro a nível nacional e europeu de forma objetiva, prudente e serena**, envolvendo todos os elementos da nossa sociedade e reforçando assim a sua coesão.

Foi um prazer partilhar convosco estas reflexões. Espero que marquem, juntamente com todos os outros contributos partilhados neste evento, o início de uma bela caminhada.

Termino deixando-vos um repto final: o de que nos acompanhem já neste início amanhã, no Centro Cultural de Belém ou nas redes sociais da AMA, onde, como referiu anteriormente o seu Presidente, João Dias, será apresentada a Assistente Virtual com Inteligência Artificial para apoiar os cidadãos no acesso aos serviços públicos. Contamos convosco!

Muito obrigado por me terem recebido.